O FINANCIAMENTO PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PERIÓDICOS (ONLINE): O QUE A PESQUISA APRESENTA

Bruna Pereira dos Santos[1]
Cristiane Gomes Ferreira[2]

RESUMO

Este resumo apresenta um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado o Estado da Arte do Financiamento para Educação Inclusiva. O trabalho mostra uma parte dos resultados e análises encontrados na pesquisa original. Ela tinha como objetivo mapear periódicos (online), utilizando descritores (financiamento e educação inclusiva), com uma metodologia do Estado da Arte, investigando o que as produções acadêmicas têm discutido sobre essas temáticas. Fundamentada em autores como Romanowski e Ens (2006), Ednir e Bassi (2009), Pinto (2007) e outros autores. Destaca-se poucas pesquisas na área e a necessidade e maior conhecimento do educador sobre as temáticas.

Palavras-chave: Financiamento da educação; Educação Inclusiva/especial; Políticas Públicas; Estado da Arte

INTRODUÇÃO

Esse texto é o resultado do recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado o Estado da Arte do Financiamento para Educação Inclusiva, apresentado no início do ano de 2020. Ele teve como objetivo principal fazer um levantamento e triagem sobre produções já publicadas em relação às temáticas 'Educação Inclusiva/Especial' e 'Financiamento da Educação'. O trabalho foi fundamentado pelos autores Romanowski e Ens (2006), Flick (2009) e Ferreira (2002), dentre outros. Diversos autores e estudiosos reforçam sobre importância de investimentos na área educacional, a exemplo de Pimentel (2012), que afirma não ser possível fazer educação inclusiva de qualidade sem ampliação de recursos para a educação.

Para esse resumo, selecionamos duas tabelas/resultados para apresentar do trabalho original e no qual constam seis análises. A pesquisa escolheu seis (06) periódicos da área educacional e educação inclusiva/especial, utilizando-se os descritores: "Financiamento da Educação e Educação inclusiva/especial".

A situação que chamou atenção, é o número reduzido de trabalhos voltados para essa temática. A percepção é que os educadores desconhecem sobre o tema e

[1]Graduada em Pedagogia. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: brunasantos8888@hotmail.com .
[2]Professora Assistente. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: crisgfe.inclusao@gmail.com.

se mostram pouco receptivos ao conteúdo. Posto isto, não se pode duvidar que, para alcançar o paradigma inclusivo, o aumento de investimentos educacionais seja necessário. Assim, trazemos nesse trabalho algumas questões para discussão e ampliar o debate sobre o tema Educação Inclusiva e Financiamento.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO BRASILEIRA

O histórico da Educação Inclusiva no Brasil é marcado por exclusões e discriminações, infelizmente, esse diagnóstico não é uma exclusividade brasileira se buscarmos informações na literatura que discute o assunto, Mazzota (2011), Moreira (2013), entre outros. Desde a antiguidade que as pessoas com deficiência são invisibilizados, vivenciando diversos paradigmas sociais: exclusão/extermínio, institucionalização, integração e inclusão. Foi a partir do Século XIX, que a sociedade passou a conceber a pessoa com deficiência como um indivíduo que pode receber educação, entretanto, devido às suas limitações, não poderiam entrar em contato com os “normais”.

Sobre o conceito de normalidade, Carvalho (2012) explica a diferenciação entre o Modelo Biomédico e o Modelo Social. O primeiro dá maior ênfase a patologia, olha o sujeito como doente e incapaz, o segundo explicita que a deficiência não é um atributo do indivíduo e sim o resultado da interação entre suas características pessoais e as condições da sociedade em que vive (ambiente). A nova percepção sobre a inclusão, implementação de novas políticas públicas e documentos legais são resultado de muitas lutas e conquistas. É pensando nessas políticas públicas que se busca compreender, como funcionam as políticas destinadas ao financiamento da educação brasileira?

No atual contexto educacional vigora o Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, o principal fundo responsável pela distribuição do recurso financeiro para a educação, é importante conhecermos como esses recursos têm sido direcionados ao público da educação inclusiva, visto que esta compõe o que se classifica como educação básica. Isto posto, a educação inclusiva, como integrante de uma modalidade educacional, prevê a existência de investimento financeiro por parte do poder público destinado aos alunos com deficiência.

A Educação Inclusiva historicamente sempre sofreu déficits de investimentos, se considerarmos que até meados do século XX a defesa era que eles fossem

educados pelas Escolas Especiais. Com a obrigatoriedade da matrícula, esse cenário se modificou nas Escolas Comuns e somente em 2007, com o Fundeb, esse grupo social foi reconhecido do ponto de vista financeiro.

Diante do exposto, o presente resumo apresenta um recorte da pesquisa de TCC defendido em março de 2020, com uma metodologia sistematizada que produziu resultados por mapeamento de periódicos (online) e artigos publicados nas revistas classificadas com descritores chaves: financiamento e educação inclusiva.

PROCESSOS E RESULTADOS

Estudos de Estado da Arte são de caráter bibliográfico e trazem o objetivo de mapear e discutir uma determinada produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, com vistas a apontar os aspectos que vão sendo destacados e até mesmo identificar os aspectos que são mascarados em diferentes épocas e lugares nas pesquisas. (ROMANOWSKI; ENS, 2006; FERREIRA, 2002).

A pesquisa que aqui se apresenta conta com uma abordagem qualitativa e possui essa característica porque faz um balanço sobre as produções já publicadas. Uma das ferramentas principais para essa investigação foi a internet, e como afirma Flick (2009), a pesquisa, de uma forma geral, na era das novas tecnologias da informação e da comunicação, não escapa dos efeitos dessa revolução digital. Na atualidade, pode-se utilizar a internet para a produção de pesquisas de análise de documentos, pois a Web dispõe de muitos e o pesquisador encontrará uma variedade infinita de sites e documentos.

Para iniciar esse estudo foi estabelecido algumas etapas e processos, como: a) Definição do tema e escolha dos descritores principais; b) Seleção de leitura; c) Levantamento de resumos, pesquisa documental, pesquisa em banco de dados; d) Seleção de revistas/periódicos; e) Análise e sistematização dos dados.

A estratégia estabelecida foi buscar e selecionar na área de educação inclusiva e na educação geral periódicos em evidência e com abordagem do financiamento. Iniciamos a pesquisa pelas revistas no âmbito da educação inclusiva, que abordavam o financiamento, buscando na internet periódicos relevantes com base nos descritores. Neste diligente processo foram selecionados seis periódicos: (04) quatro inerentes à educação especial: Revista Educação Especial (UFSM); Revista Diálogo e Perspectivas em Educação Especial (UNESP); Revista Educação Especial em Debate (UFES); Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva (UFAM). E (02) dois,

referentes à educação em geral: Educação em Revista (UFMG); Educar em Revista (UFPR).

Com a definição de quais periódicos investigar, a etapa seguinte foi utilizar os descritores para encontrar nessas revistas quais artigos abordavam o assunto educação inclusiva e financiamento. Utilizou-se a combinação dos seguintes descritores: "**Financiamento na educação inclusiva; Financiamento e educação especial"**, tornando a pesquisa muito mais minuciosa. Deu-se início a um levantamento bastante criterioso nos 06 periódicos escolhidos, sendo necessário acessar cada edição e efetuar leituras de cada resumo. Nessa etapa surgiu uma frustração muito grande, os resultados das buscas não corresponderam à expectativa que era a de encontrar uma quantidade considerável de estudos, e sim o oposto. Das 06 revistas investigadas, com uma média de 30 a 40 edições de cada uma e cada edição com 10 a 12 artigos cada, apenas foram encontrados 05 artigos com a discussão Educação Inclusiva/Financiamento.

A partir dos estudos criteriosos com quadro de organização de dados, na pesquisa original foi possível produzir total de 4 tabelas, para este trabalho foram selecionadas apenas duas, conforme abaixo, as tabelas I e III, com discussões muito pertinentes. Abaixo, segue a tabela I com a apresentação dos periódicos selecionados.

TABELA I

PERIÓDICOS SELECIONADOS

PERIÓDICO	ARTIGO (QUANTIDADE)	ANO DE RECORTE	OBSERVAÇÃO
Educar em Revista (UFPR)	2	Analise de 1993 a 2019.	Publicação desde 1977, o periódico com revistas mais antigas, primeiro artigo sobre Educação Especial é em 1995.
Educação em Revista (UFMG)	1	Analise de 1990 a 2019.	
Revista Educação Especial em Debate (UFES)	2	Analise de 2016 a 2018.	
Pesquisa e Pratica em Educação Inclusiva (UFAM)	0	Analise de 2018 a 2019.	
Revista Diálogo e Perspectivas em Educação Especial (UNESP)	0	Analise de 2014 a 2019.	
Revista Educação Especial (UFSM)	0	Analise de 2000 a 2019.	

Fonte: Elaborado pela própria autora (2019)

Como é possível observar na tabela acima, apresenta os periódicos selecionados para esse trabalho. Assim, consta (06) seis revistas selecionadas para a pesquisa, quantidade de artigos encontrados com os descritores definidos e foi necessário também estabelecer um marco temporal, que se optou "após a década de 90", pois verificou que havia revistas com a primeira publicação sobre educação

especial datada de 1995, compreendendo que a partir de então outras pesquisas nessa área surgiram, ampliando o campo de buscas.

Na busca pelos artigos deparou-se em apenas (05) cinco artigos relacionados ao objetivo da pesquisa encontrados em um universo de mais de 236 edições analisadas. Essa informação também deixou uma frustração pelo número pequeno de trabalhos que discutiam financiamento da educação e educação inclusiva. Posto que o educador precisa conhecer sobre recursos para a educação, já que é a partir dele que ocorre a efetivação das políticas públicas.

As autoras Romanowski e Ens (2006) esclarecem que esse tipo de pesquisa contribui na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento e apontam as lacunas enfrentadas.

Abaixo, a Tabela III com informações sobre os cinco artigos e quais assuntos foram abordados dentro da discussão educação inclusiva e financiamento.

TABELA III

PRINCIPAIS ASSUNTOS ABORDADOS DENTRO DA DISCUSSÃO TEMÁTICA (EDUCAÇÃO INCLUSIVA/ESPECIAL E FINANCIAMENTO)

PERIÓDICOS	ARTIGO	ANO	ABORDAGEM TEMATICA
Revista Educação Especial em Debate (UFES)	**A Política de Fundos E A (Des) Valorização Dos Estudantes Público Alvo da Educação Especial (Paee).** (SILVA; SILVA; MOREIRA; 2018).	Jul/dez. 2018	**Legislação do FUNDEB e o Decreto 7611/2011**
Revista Educação Especial em Debate (UFES)	**Financiamento da Educação Especial: Controle social e Acompanhamento das despesas educacionais no Brasil.** (FRANÇA; PRIETO;2016).	Jun/2016	**Despesas com a Educação Especial.**
Educar em Revista (UFPR)	**Financiamento da Educação especial no municipio de Vitória: desafios à gestão**. (FRANÇA; PRIETO;2018).	Set/out.2018	**Publicização dos recursos públicos voltados à Educação especial em ES.**
Educar em Revista (UFPR)	**Gestão dos Recursos Voltados à Educação Especial em municipio brasileiro (2018-2014).** (FRANÇA, 2015).	Out/dez.2015	**Ação do poder público para viabilização de recursos educação especial.**
Educação em Revista (UFMG)	**O financiamento da educação especial no ambito dos fundos da educação básica: Fundef e Fundeb.** (FRANÇA; PRIETO, 2017).	2017	**Impactos dos fundos (Fundef) e Fundeb) para a educação especial.**

Fonte: Elaborado pela própria autora (2019)

Observa-se na tabela acima os principais assuntos abordados nos textos encontrados com os descritores financiamento e educação inclusiva: legislação, transparência das ações dos órgãos públicos, políticas públicas, despesas com a

educação especial e os impactos dos fundos para educação especial. Esse dado não é aleatório, o FUNDEB é muito importante para educação inclusiva, ele ampliou o financiamento para toda educação básica e essa modalidade de ensino foi mais contemplada, com a dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, terá recursos a mais a receber pelo fundo.

Assim é possível perceber o aumento de artigos que estudam os impactos desse recurso para o público da educação especial, pois políticas públicas são implementadas e novas pesquisas vão aparecendo. Infelizmente, pelo pouco número de artigos encontrados, verifica-se que poucos pesquisadores buscam discutir sobre o financiamento da educação. Percebe-se o termômetro sobre a profundidade das pesquisas acadêmicas na área educacional e entre as temáticas propostas, verifica-se uma inclinação no olhar pesquisador para assuntos como: práticas pedagógicas, políticas públicas, mas muito pouco sobre financiamento educacional. Esse fato pode ser analisado sob o ponto de vista da formação inicial, em que, nos cursos de licenciatura pouco se discute sobre financiamento da educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios enfrentados, observou-se que desde 2018 há um crescente aumento de estudos e publicações sobre financiamento da educação inclusiva, no entanto, essas temáticas precisam ocupar mais espaços de diálogos e estudos nas universidades e nos cursos de licenciatura, de modo que não se fale apenas em práticas pedagógicas, mas que seja direcionado também o olhar para o empoderamento dos estudantes em conhecer como funciona as políticas de financiamento e com isso participarem de maneira mais presente nas discussões sobre políticas educacionais.

O fato de ter encontrado (05) cinco artigos foi revelador para a análise em muitas questões, principalmente em observar o termômetro em relação aos pesquisadores para com o tema de financiamento da educação inclusiva e também em perceber como as publicações refletem o contexto político.

Atualmente, com o novo Fundeb aprovado pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC 26/2020) traz importantes mudanças quanto ao financiamento e que abarcam os estudantes com deficiência. Movimentos da educação levantaram a bandeira em prol da discussão, aprovação do Fundeb foi uma vitória diante dos

retrocessos políticos que vivenciamos na área educacional, resultado do esforço e mobilização da sociedade civil. Espera-se que as necessidades específicas da Educação Inclusiva sejam de fato contempladas.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. – 5. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2012.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas Denominadas "Estado Da Arte". **Educ. Soc. [online**]. 2002, vol.23, n.79, pp.257-272.

FLICK, Uwe. **Introdução Á Pesquisa Qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. Pg. 405.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil:** História e políticas públicas. – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. – 5. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2012.

EDNIR, Madza. BASSI, Marcos. **Bicho de sete cabeças**: para entender o financiamento da educação brasileira. São Paulo: Peirópolis. Ação Educativa, 2009.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A Política Recente De Fundos Para O Financiamento Da Educação E Seus Efeitos No Pacto Federativo**. Educação & Sociedade**., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 877-897, out. 2007 Disponível em http://www.cedes.unicamp.br acesso: 11/07/2019

PIMENTEL, Susana Couto. **Formação de professores para a inclusão:** Saberes necessários e percursos formativos. In MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO. MOREIRA, Camila. Marcos históricos e legais da Educação Especial no Brasil. 2013. Disponível em: https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821610/marcos-historicos-e-legais-da-educacao-especial-no-brasil Acesso em 22/11/2018.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. ENS, Romilda Teodora. As Pesquisas Denominadas Do Tipo “Estado Da Arte” Em Educação. **Revista Dialogo Educacional**., Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set/dez. 2006.